

Ações socioeducativas na abordagem da sexualidade e do gênero entre adolescentes e jovens

Socio-educational actions in the approach of sexuality and gender among teenagers and young people

Tania Ribeiro Catharino; Érica Cordeiro de Araújo; Maria Gabriela de Souza Ferreira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO:

O aumento da ocorrência da gravidez, a incidência de doenças sexualmente transmissíveis e o aumento da contaminação pelo vírus HIV entre adolescentes e jovens têm mobilizado esforços na área da educação, que através dos Parâmetros Curriculares Nacionais estipula como tema transversal a Orientação Sexual. A atenção ao adolescente e ao jovem tem sido alvo de fervorosos debates; no entanto, verifica-se uma quase total ausência de políticas que disponham sobre este ciclo da vida, o que gera como consequência uma falta de incentivo à implantação e implementação de estratégias e ações em diversos setores, como é o caso da educação. Ao mesmo tempo, os discursos e as ações dirigidas a este estrato populacional utilizam uma lógica que, via de regra, remete à sua patologização. Na ausência de uma perspectiva histórica que aponte para a produção da adolescência enquanto um grupo social com estilo de vida e características específicas, impõe-se uma naturalização desta etapa, acompanhada por uma patologização de suas formas de expressão. Neste contexto, o corpo do adolescente é alvo privilegiado de várias prescrições e proscricções dirigidas, prioritariamente, à sua sexualidade, que passa a ser analisada a partir da categoria “comportamentos de risco”. Este trabalho é uma tentativa de fazer face a este quadro. Para tal, consideramos de extrema importância um melhor conhecimento da forma como as categorias gênero, sexualidade e saúde reprodutiva são trabalhadas no contexto escolar. Tal fato implica que devemos considerar tanto as estratégias curriculares instituídas como os pontos de vista dos adolescentes e jovens, entendidos como protagonistas

das ações, discursos e políticas das quais são objeto. Propomo-nos a investigar (além das referidas estratégias curriculares) estas concepções, assim como as concepções de outros atores da comunidade escolar, com vistas a oferecer subsídios para a elaboração de projetos que sejam considerados relevantes e que se baseiem nos princípios do protagonismo/participação juvenil.

Palavras-chave: gênero e sexualidade; participação/protagonismo juvenil; cotidiano escolar

ABSTRACT:

The increase in the occurrence of pregnancy, the incidence of sexually transmitted diseases (STD) and the increase in the infection by the HIV virus among teenagers and young people have mobilized efforts in the educational area that, through the *Parâmetros Curriculares Nacionais*, establishes as a transversal theme the Sexual Orientation. The concern on teenagers and young people has been a target of lively debates, though an almost total absence of public policies concerning this life cycle has been observed and this fact causes a lack of incentive for the creation and the implementation of strategies and actions in several sectors as it is the case of education. At the same time, the speeches and the actions targeted to this population stratus use a kind of logic that usually faces it pathologically. Since it lacks a historical perspective pointing at the adolescence's production as a social group with specific life style and characteristics, a naturalization of this step is established together with a pathological view of its ways of expression. In this context the teenager's body is a privileged target of several prescriptions and proscriptions, mainly aimed at his or her sexuality that is now analyzed from the “risky behavior” category. This paper is an attempt to face this scenario. In order to do so, we consider extremely important to develop a better knowledge of the way gender, sexuality and reproductive health categories are performed in the school context. Such a fact implies that we must consider both the instituted curricular strategies and the points of view of teenagers and of young people, understood as protagonists of the actions, speeches and policies of which they are objects. We propose to investigate these conceptions (beyond the mentioned curricular strategies), as well as the conceptions of the other actors of the school community in order to offer subsidies for the

elaboration of projects that are considered relevant and that are based on the principles of young people as protagonists and as participants.

Key words: gender and sexuality; young people's participation and leading role; school context.

O presente trabalho se propõe a promover um diálogo entre alguns resultados de duas pesquisas: uma delas (em desenvolvimento) se intitula “Ações socioeducativas na abordagem da gravidez na adolescência” (CATHARINO, 2004) – pesquisa I. Sua realização teve como ponto de partida outra pesquisa (CATHARINO, 2002) – pesquisa II –, em que se abordou o aumento da ocorrência da gravidez na adolescência em nosso país e, particularmente, na cidade do Rio de Janeiro (CATHARINO, 2000). Na ocasião, várias críticas puderam ser formuladas no que diz respeito às estratégias de educação e saúde que tomam esta realidade como objeto de suas ações e discursos, de tal sorte que a realização da pesquisa I se constitui numa tentativa de avançar em relação às referidas críticas, destacando os programas educativos que tomam por objeto a gravidez na adolescência. Escolhido o campo onde se desenvolve a pesquisa I – uma escola de ensino médio da rede estadual de ensino, situada num subúrbio do Rio de Janeiro, que atende às camadas empobrecidas da população –, propusemo-nos, através de uma pesquisa-intervenção, a elaborar, implementar, acompanhar e avaliar a efetivação de uma proposta de ação socioeducativa que tivesse por objetivo a reflexão sobre a sexualidade e a saúde reprodutiva, com ênfase na gravidez na adolescência. Tal ação se efetivou através da realização de um grupo de educação e saúde, utilizou as técnicas de oficinas

e buscou se inserir dentro da proposta de “Orientação Sexual”, preconizada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN – para o Ensino Médio.

O aumento da ocorrência da gravidez, a incidência das DSTs (doenças sexualmente transmissíveis) e o aumento da contaminação pelo vírus HIV entre adolescentes e jovens têm mobilizado esforços na área da educação, que através dos PCN estipula como tema transversal a Orientação Sexual. A atenção ao adolescente e ao jovem tem sido alvo de fervorosos debates; no entanto, verifica-se uma quase total ausência de políticas que disponham sobre este ciclo da vida, o que gera como consequência imediata uma falta de incentivo à implantação e implementação de estratégias e ações em diversos setores, como é o caso da educação. Ao mesmo tempo, os discursos e as ações dirigidas a este estrato populacional utilizam uma lógica que, via de regra, remete ao controle de corpos e comportamentos. Na ausência de uma perspectiva histórica que aponte para a produção da adolescência enquanto um grupo social com estilo de vida e características específicas, impõe-se uma naturalização desta etapa da vida, acompanhada por uma patologização de suas formas de expressão. Neste contexto, o corpo do adolescente é alvo privilegiado de várias prescrições e proscições dirigidas, prioritariamente, à sua sexualidade, que passa a ser analisada a partir da categoria “comportamentos de risco”.

A realização da Pesquisa I é uma tentativa de fazer face a este quadro. Para tal, consideramos de extrema importância um melhor conhecimento da forma como as categorias gênero, sexualidade e saúde reprodutiva são trabalhadas no contexto escolar. Tal fato implica que devemos considerar tanto as estratégias curriculares instituídas como os pontos de vista dos adolescentes e jovens, entendidos como protagonistas

das ações, discursos e políticas das quais são objeto. Propomo-nos a investigar (além das referidas estratégias curriculares) estas concepções, assim como as concepções de outros atores da comunidade escolar, com vistas a oferecer subsídios para a elaboração de projetos que sejam considerados relevantes e que se baseiem nos princípios do protagonismo/participação juvenil.

Políticas Públicas e os campos da educação e da saúde – considerações sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais

Para melhor compreendermos a efetivação das pesquisas em questão, passaremos a apresentar algumas considerações sobre as estratégias educativas que se relacionam às recomendações dos PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais.

Constatamos que o aumento da ocorrência da gravidez na adolescência, revelado através de indicadores epidemiológicos (PNDS – Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde, SIH / SUS / RJ – Sistema de Internação Hospitalar do Sistema Único de Saúde no Estado do Rio de Janeiro e SINASC – Sistema de Nascidos Vivos, dentre outros), tem atraído a atenção de autoridades tanto da área da saúde como da educação, bem como da mídia. Porém tal fato, como outros igualmente geradores de preocupação em relação à adolescência e juventude, não tem sido suficiente para ensejar a elaboração de políticas públicas ou mesmo ações efetivas que contemplem este estrato populacional. No que diz respeito às primeiras – as políticas públicas –, elas sempre se encontram embutidas em programas que não atendem especificamente ao referido grupo (Catharino e Rezende, 2002). Na nossa história recente, podemos citar como exemplo o “Programa *Clio-Psyché – Programa de estudos e pesquisas em História da Psicologia*

Criança Cidadã”, da extinta Secretaria de Assistência Social (que atendia à família, à criança e ao adolescente de 7 a 17 anos). No campo das ações, observamos na área da saúde, por exemplo, que o PROSAD – Programa Saúde do Adolescente – tem sido sistematicamente preterido em relação a outros programas que são considerados prioritários. Tal fato pode ser constatado se analisarmos a orientação do Ministério da Saúde, que preconiza a realização uma série de ações de várias áreas técnicas como condição para que os municípios brasileiros possam se habilitar à NOAS – Normas Operacionais de Atenção à Saúde – e assim garantir sua participação na disponibilização de verbas. É curioso e preocupante constatar que dentre as referidas recomendações não está incluída qualquer ação que tenha como alvo a população adolescente e jovem.

O quadro aqui exposto é revelador da incongruência que há entre o discurso sobre as problemáticas da adolescência e as políticas e ações efetivas para ela voltadas. Tanto no campo da saúde como no da educação, estas acabam por se limitar a controlar o corpo do adolescente, patologizando-o e prescrevendo comportamentos tidos como saudáveis, sendo que o seu oposto é, por princípio, criticado e condenado a ser visto como desviante, transgressor e marginal – um bom exemplo são as Normas de Atenção Integral à Saúde do Adolescente (Ministério da Saúde, 1993). Observe-se que este quadro, apesar de ainda estar em vigor, vem sofrendo transformações recentes: está sendo elaborada pela Coordenação Nacional da Área Técnica de Saúde do Adolescente e do Jovem do Ministério da Saúde (em parceria com as Coordenações Estaduais e Municipais das capitais, assim como com diversos órgãos governamentais e não governamentais, representantes dos vários segmentos da sociedade e com

representantes dos próprios jovens) uma política de atenção para a adolescência e juventude.

No terreno educacional a situação não é muito diferente. No que diz respeito às políticas e práticas educativas que abordam a sexualidade e a saúde reprodutiva na adolescência, não há qualquer disposição na LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) – que aponte para a obrigatoriedade da educação sexual. Está claro que os PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais – abrem espaço para os Temas Transversais, que incluem a Orientação Sexual. Também na LDB, na seção dedicada ao ensino médio, é enfatizado, no artigo 35, “o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”. Uma vez que defendemos a posição segundo a qual a sociedade, a cultura e a comunidade produzem a forma como cada cidadão vive sua sexualidade (SCOTT, 1990; LOURO, 1997; NUNES, 2000; GIFFIN, 1999), concluímos que o comportamento sexual é parte inerente à ética, à autonomia e ao posicionamento crítico de cada um. Portanto, ao focar questões relacionadas à pluralidade cultural, ao meio ambiente, à saúde, à orientação sexual, ao trabalho e ao consumo, os temas transversais abrem espaços que podem ser apropriados no sentido de estimular a reflexão de cada um sobre sua condição de cidadão.

No que diz respeito à Orientação Sexual, creio que esta pode ser extremamente beneficiada ao se valer das chamadas “Ações Socioeducacionais”, que vêm a ser dispositivos que têm por meta potencializar a experiência educacional sem se afastar dos objetivos gerais do ensino formal. Tais ações, longe de se proporem a substituir os Temas Transversais, têm por objetivo incrementá-los, auxiliando no

desenvolvimento integral do educando, por meio de sua participação em atividades significativas: comunitárias, culturais, esportivas e outras. “Ao tratar do tema Orientação Sexual, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade” – orienta o Tema Transversal ‘Orientação Sexual’, do PCN. Em pesquisa aqui já referida (CATHARINO, 2002), pudemos constatar que os conhecimentos que as adolescentes revelaram ter em relação à sexualidade e à saúde reprodutiva são adquiridos, em grande parte, na escola. Que fique claro: não estamos colocando em discussão a relevância ou não da orientação sexual no espaço escolar. Partimos da idéia de que estes aspectos da vida – a sexualidade e a saúde reprodutiva –, como tantos outros, já estão nele presentes, inclusive de maneira informal, o que nos leva a querer investigar a adequação e os efeitos que são por eles provocados, quando passam a se constituir – como vem acontecendo – em alvo de ações pedagógicas (socioeducativas ou não).

Gravidez na adolescência – revendo práticas e discursos

Apresentaremos agora alguns aspectos da Pesquisa II, com o propósito de explicitar suas conexões com as práticas e discursos sobre a educação sexual que se efetivam no espaço escolar. Esta pesquisa se propôs a analisar a ocorrência da gravidez em adolescentes entre 10 e 14 anos, no período de 1990 a 2001, usuárias do SUS, no município do Rio de Janeiro e teve como objetivo geral compreender a relação entre as expectativas

históricas e sociais sobre a maternidade e a adolescência (expressas através dos discursos e práticas médico-psicológicas e educacionais para este estrato populacional) e as trajetórias efetivas de meninas grávidas.

Para tanto, utilizou-se uma metodologia qualitativa, onde foi priorizado o emprego da técnica de história oral. Tal técnica permitiu que meninas fossem ouvidas e, ao ouvi-las, pudemos destacar o que era comum àquele grupo e o que era singular e dizia respeito a cada uma, não sendo passível de reduções e generalizações. Por outro lado, foi assumida uma postura compreensiva-interpretativa, ou seja, para além da descrição e da enumeração de fatos e/ou ocorrências, foram ressaltadas as mensagens que eram emitidas através das ditas histórias. Diferentemente do trabalho do epidemiologista – que certamente tem muito a contribuir com esta temática –, o referido trabalho se dedicou a compreender as ações das meninas, que passaram a ser consideradas como ações coletivas (BECKER, 1998), uma vez que sua ocorrência se dá por contigüidade de espaço e tempo, além de se configurar como um processo no qual os atores envolvidos produzem significados, comunicações, negociações e tomam decisões, apesar de ocorrerem num nível anônimo e informal. Dessa forma, as mensagens contidas em cada história passaram a ser o material a partir do qual foi se construindo esta pesquisa, em especial a compreensão da mensagem emitida através da gravidez na adolescência. Para tal, foram enumeradas três questões que se buscou problematizar.

A primeira diz respeito ao que se chamou de uma “questão equivocada”: a maior parte dos estudos sobre gravidez na adolescência querem desvendar os seus determinantes causais, ou seja, querem responder à questão “por que as meninas estão engravidando cada vez mais cedo?”.

Esta é uma questão equivocada, pois sua formulação nos leva, no máximo, a uma enumeração dos fatores de risco que envolvem esta realidade, sem conseguir ultrapassar uma perspectiva preventivista, que se limita a identificar causas para intervir no intuito de evitar eventos indesejáveis. Note-se que não é tecido qualquer questionamento a respeito destes últimos: por que são indesejáveis, se sempre foram indesejáveis, em que medida a sociedade os produz ... estas são questões que não se colocam. Por isso mesmo, muitas vezes a pergunta “por que o jovens não respondem às ações preventivas?” acaba sem resposta. No intento de analisar este quadro, Melucci (1997; 2001) forneceu valiosas pistas. Para este autor, a sociedade é um palco de conflitos e tensões que se desenvolvem naquelas áreas do sistema mais expostas aos maiores investimentos simbólicos e informacionais e, ao mesmo tempo, mais sujeitas às pressões por conformidade – como é o caso da adolescência e juventude. Colocada desta forma a questão, não seria mais oportuno nos indagarmos acerca do que estas meninas estão nos dizendo – através dessa gravidez – a respeito das contradições, injustiças e iniquidades da sociedade em que vivemos? Não seriam suas ações formas de denúncia em relação às suas oportunidades sociais atuais e futuras? Talvez, se ouvíssemos estas denúncias – coletivas – não estaríamos dando um passo no sentido de romper com um discurso e uma prática que individualiza e patologiza a gravidez na adolescência? É claro que um tal tipo de postura nos levaria a repensar e conseqüentemente reformular nossas ações educativas e creio que isto seja bem desejável, considerando o número crescente de casos de gravidez na faixa etária estudada.

A segunda questão a ser problematizada diz respeito à idéia de gravidez enquanto positividade. Devemos explicitar que o termo positividade é tratado aqui sem qualquer conotação valorativa. Positividade se refere a algo em si mesmo e não a algo que esconderia uma outra realidade a ser revelada. Neste sentido, não podemos nos esquecer das expectativas sociais que dizem respeito às meninas – sejam mães! – e dos discursos preventivistas que as advertem: aguardem! Importante perceber que neste “embate” as meninas não assumem uma postura passiva, não aceitam o seu destino como algo inexorável, mas o criam. Não consomem (CERTEAU, 1994) passivamente nem as prescrições, nem as proscricões, mas utilizam todas as possibilidades que conferem ao homem comum a possibilidade de traçar uma trajetória e inventar o cotidiano.

A terceira questão diz respeito à idéia reprodutivista que faz da “falta” o seu motor: nesta perspectiva, a gravidez é vista como o substituto de oportunidades falidas. Como exemplo, temos na literatura alguns autores que defendem a idéia de compensação da falta de cidadania (PAIVA, 1996). Cremos que a gravidez não seja elemento de compensação da falta de cidadania, mas elemento integrante de sua constituição, na medida em que para muitas meninas esta seja uma forma de representar o acesso a um outro status dentro de seu grupo: mais valorizado e que pode lhe conferir – mesmo que ilusoriamente – um acesso a uma vida melhor.

Aliás, podemos listar na bibliografia consultada uma série de “motivos” – além dos expostos acima – que levariam as meninas a engravidar: falta de oportunidades educacionais, de trabalho, famílias desestruturadas, falta de orientação sexual, falta de planejamento familiar, teste da sua capacidade reprodutiva, aceitação do papel instituído reservado

para as mulheres, aquisição de vantagens e cuidados antes inexistente e outros. No entanto, cremos que o que unifica estas explicações é o fato de que elas, em seu conjunto, acabam por levar àquilo que Castel (1987) chamou de “gestão dos riscos”, na medida em que representam situações que são listadas a partir de um enfoque estatístico que visa a apontar para a incidência de alguns fatores que se constituem nos famosos “riscos”, que devem ser evitados. Porém, como nos alerta Castel, ninguém satura todas estas características, que por sua vez são agrupados através de uma dissociação do nível administrativo (enfoque epidemiológico) e do nível terapêutico. A partir de então, vão sendo traçados verdadeiros fluxos de perfis, momento a partir do qual as meninas passarão a transitar e a ter o seu destino previsto e controlado por estas redes que se formam e que tentam dar conta do evento “gravidez na adolescência”, tomada como uma realidade individual e patológica, alvo de ações educativas que, via de regra, tornam o seu corpo um objeto privilegiado de investigação e controle.

De maneira geral, podemos dividir a bibliografia consultada em quatro eixos: no primeiro estão estudos que vêem a gravidez na adolescência como a causadora de desvantagens sociais, como a saída da escola, por exemplo, o que gera um pensamento que culpabiliza a adolescente (vários mitos podem ser incluídos aqui, como o mito da mortalidade materna, ou o mito de que as mães adolescentes abandonam seus filhos, ou o mito de que a gravidez na adolescência não é planejada e/ou desejada, ou o mito de que seu advendo se dá em grande parte como resultado de violência sexual); no segundo eixo estão os estudos que vitimizam a adolescente, que a tomam como o resultado de condições adversas. Tal tipo de estudos vêem no acolhimento humanista a solução para o problema. Num terceiro eixo estão

os estudos meramente descritivos, que se limitam a traçar um perfil da menina que engravida. Por fim, num quarto eixo estão os estudos que procuram fazer a conexão entre a emergência da gravidez e o contexto macro-estrutural. Isto não quer dizer que tal abordagem exclua as singularidades de cada caso. Pelo contrário, ao romper com uma ciência dualista, combinam o que é objetivo com o subjetivo, o universal com o particular e o micro-social com a macro-estrutura.

Dentro desta perspectiva é que a pesquisa II foi desenvolvida. Algumas falas foram selecionadas e buscou-se analisá-las a partir das mensagens que eram emitidas. Neste sentido, pudemos verificar que a perspectiva de uma vida e de um futuro melhor são postergados através da maternidade. Ao jogar com o tempo, a menina que engravida posterga o seu futuro e, numa manobra típica das sociedades modernas, passa a projetar as expectativas e sonhos que são seus na vida de seu filho (CALLIGARIS, 2000). Também pudemos constatar que a assunção da gravidez, por vezes, é funcional – não apenas enquanto uma estratégia de sobrevivência pessoal, mas como forma de preservar o próprio grupo social, representando nestes casos, fator de coesão social. Por fim, ao “escapar” de um destino previsível, encontra aí a chance de inventar um futuro, mesmo que através da transgressão, mesmo que esta nova trajetória possa trazer muitas dificuldades e dor. Parece que a chance de inventar uma nova vida, ao invés de aderir passivamente àquilo que foi prescrito, a chance até mesmo de ganhar uma certa visibilidade social, atraem a menina para a gravidez. Neste contexto, não podemos nos esquecer de que estamos falando de adolescentes e de mulheres. Isto porque a sociedade – numa de suas várias contradições – criou, tanto para uns como para outros, determinados papéis

e agora se queixa do resultado, que, a nosso ver, ajudou a criar. Para o adolescente, criou a imagem do transgressor e para a mulher, associou intrinsecamente sexualidade e maternidade. Nesta leitura, a gravidez na adolescência seria a conseqüência quase natural das expectativas sociais que foram criadas para este estrato populacional.

Uma nova estratégia educativa na abordagem da gravidez na adolescência

Iremos agora tecer algumas considerações sobre o tipo de ação socioeducativa que nós, profissionais de psicologia e de educação, poderíamos ter neste contexto. Em primeiro lugar, já está mais do que provado que a informação em si não leva a uma modificação de hábitos, de mentalidades, de comportamentos; e, o que é mais importante, de desejos. Creio que nossa função não seja a de “sedadores” de conflitos. Se assumimos que temos de ir além de uma abordagem explicativo-causal, creio que nossa função será a de explicitar os ditos conflitos e discuti-los juntamente com os adolescentes, para lhes dar a oportunidade de construir um conhecimento e uma consciência a respeito de si mesmos e da sociedade onde vivem e, assim, encontrarem formas mais efetivas de transformar sua vida e o mundo. Portanto, pensar uma nova estratégia educativa que seja alternativa àquelas já instituídas e, portanto, imbuídas de práticas de controle que têm por fundamento as visões e motivos aqui apresentados, parece ser uma tarefa mais que necessária: ela é urgente e imperiosa. Neste sentido, passaremos a apresentar um dispositivo

pedagógico – as oficinas de educação e saúde – que pode se constituir num espaço de troca e construção do conhecimento (neste caso específico, do conhecimento acerca da sexualidade e da saúde reprodutiva, assim como da dimensão social que os produz e que também representa uma importante dimensão na produção de subjetividade).

Repensando as estratégias de Educação e Saúde

A expressão ‘educação e saúde’ vem sendo amplamente utilizada, porém seu emprego nem sempre explícita, satisfatoriamente, a proposta por ele abrigada. De maneira geral, estabelece-se um tipo de acordo – funcional às políticas que regem as ações educativas – onde o pólo educação responde por aquilo que a população deveria saber para não ficar doente – alimentar-se bem, dormir bem, lavar as mãos antes das refeições etc. – e o pólo saúde corresponde a um conjunto de procedimentos que devem ser periodicamente renovados – idas ao médico, realização de vacinações, etc. (VALLA, 1986). Vista assim, a saúde acaba por perder a sua dimensão coletiva e passa a ser vista com uma origem estritamente individual. Escamoteiam-se as injunções históricas e políticas no seio das quais a saúde se produz e reproduz, e ela aparece como algo neutro, à semelhança de um bem de consumo, que requer certas informações – está aí o pólo educação – para ser bem apropriado. Pratica-se, então, uma dupla redução: do termo saúde, que fica identificado com seus aspectos meramente biológicos; e do termo educação – confundido com a transmissão de alguns preceitos que, se bem

absorvidos, garantirão a aquisição do bem saúde, que por sua vez passa a ser consumida como um bem a mais dentro lógica do mercado.

Uma outra forma de pensar a relação saúde-educação consiste em trazer para o primeiro plano a tensão que existe entre esses dois pólos, tentando abdicar das origens positivistas que permeiam tanto um quanto outro. Deve-se pensá-los constituídos *por* e constituintes *da* ordem social na qual têm lugar; produzidos *por* e produtores *das* subjetividades dos atores que deles irão se apropriar. É bem verdade que, historicamente, a educação vem sendo tomada como prática conservadora que trataria de manter a continuidade social, através da transmissão dos valores e normas culturais, necessários a este objetivo. Tentar ultrapassar esta fórmula para pensar uma proposta educativa que dê lugar ao novo e à transformação implica sérias dificuldades (sabemos o quanto várias tentativas acabaram por reproduzir o objeto de sua críticas – e o que é pior, acreditando fazer o contrário). Isto porque esta mudança de enfoque vai além de suas aparentes implicações. Na verdade, esta é uma questão que reproduz o dilema da racionalidade moderna, no qual as forças do passado entram em cena enquanto elementos de significação do futuro, ao mesmo tempo em que este futuro orienta a lógica da modernidade, enquanto conquista incansável de novos valores (ARENDRT, 1968).

Neste contexto, entendemos que a proposta das Oficinas de Educação e Saúde expressam o desafio de romper com as barreiras do instituído que, se bem que ousado – e exatamente porque ousado –, pode ser tão bem apropriado na elaboração de uma estratégia educativa alternativa à abordagem da gravidez na adolescência.

Oficinas como Trabalho

Iremos, agora, explicitar melhor o que é uma oficina. Para entendermos este dispositivo, temos que nos reportar, mesmo que brevemente, ao movimento antiinstitucional que emerge pós 2ª guerra – em particular, à Psicoterapia Institucional (COIMBRA, 1995). Nos anos 1950, tal movimento irá crescer, apoiado pelas contribuições da psicologia de grupos e das técnicas de psicoterapia ocupacional. Dá-se início às Comunidades Terapêuticas, que pretendem trazer um novo colorido ao cotidiano da estrutura asilar, através de uma rede de “encontros”, tais como as reuniões de síntese, as assembléias e... as oficinas. Sabemos o quanto a psicoterapia institucional realizou conexões, que tanto produziram efeitos instituintes como instituídos. Se por um lado jogou um importante papel na fase “socializante” da vida intrahospitalar, por outro não conseguiu romper com uma postura “liberalizante”, que tinha como finalidade última não o questionamento das instituições presentes nesta dinâmica, mas tão somente a transformação destes dispositivos para torná-los terapeuticamente mais eficazes. Apesar de transcorrido meio século, este é o dilema com o qual hoje lidamos, quando tratamos da técnica de oficinas. Afinal, estariam elas alimentando as forças instituídas ou, ao contrário, estariam se aliando com a possibilidade de ruptura e de invenção? Neste sentido, sua identificação com a idéia de trabalho, de processo laborativo, nos é extremamente útil. É dispensável falar dos objetivos de quem utiliza esta técnica – dada a importância que atribuímos à análise das implicações do profissional. Creio que sua identificação com um trabalho, com um dispositivo que permite a um só tempo a análise e a transformação daquilo que é analisado, nos

permite tentar uma saída. Esta talvez nos ajude a nos afastarmos das malhas do instituído, para produzirmos novos efeitos em nós mesmos, nas profissões que ocupamos, nos trabalhos que realizamos e no mundo que vivemos.

Grupo como Dispositivo de Análise

Vamos agora explicar a concepção sobre grupos que utilizamos em nosso trabalho, uma vez que a estratégia educativa empreendida na Pesquisa I se utiliza deste dispositivo.

Entendemos o grupo como um dispositivo que torna possível a análise e interrogação das instituições sociais que o atravessam, como família, maternidade, sexualidade, gênero, hierarquias profissionais e tantas outras. Contrapomos, ainda, como o fazem os institucionalistas (GUATTARI e ROLNIK, 1986), o “grupo sujeito” ao “grupo sujeitoado”. O primeiro é automodelador e produtor de singularidades, enquanto o segundo se forma e se mantém a partir do respeito às hierarquias dominantes e requer um controle externo a ele mesmo. Portanto, entendemos que a autogestão se faz indispensável à produção de um grupo sujeito. No entanto, alertamos para o fato de que não devemos entendê-la como um produto que deva ser conquistado – a história tem nos mostrado a falácia desse “ideal” –, mas sim como um processo, como produção contínua e como empreendimento cotidiano. Neste sentido, evidenciamos o fato de que, ao falarmos da existência de coordenadores, não estamos contradizendo a importância da construção autogestionária. Entendemos que a assimetria do ponto de

partida deve ceder lugar a uma simetria construída na trajetória – esta marcada por um campo de forças, onde relações de poder produzem seus efeitos.

Tal concepção de grupos nos leva a questionar a idéia – tão corrente na psicologia – de “autonomia” e “transparência” nas relações interpessoais. Sabemos o quanto a modernidade se encontra marcada por uma tendência à “individualização do indivíduo”, que toma sua vida íntima como a medidas de todas as coisas, estabelecendo uma completa indiferenciação entre as esferas pública e privada. Assiste-se ao culto da personalidade, enquanto questões do âmbito público são tratadas de maneira privada. (SENNET, 1976). Assim, se conflitos de classe, por exemplo, emergem numa relação grupal, sugere-se como solução algum tipo de técnica que leve a um olhar voltado para dentro de si mesmo. Ou seja, um olhar que encubra as instituições sócio-políticas que atravessam as relações pessoais, transformando-as assim, em um campo neutro e privado, determinado, no máximo, pelas características de personalidade de cada um. Estas, por sua vez, serão tratadas como marcas individuais, cuja história é tomada privadamente, como dimensão pessoal, negando-se, portanto, a sua produção sócio-histórica. Nesse contexto, a dimensão da autonomia é vista como uma mercadoria que se conquista como resultante dos esforços pessoais e interpessoais: quanto mais transparentes as relações entre os membros de um grupo, mais autonomia terão seus componentes; quanto mais abertos ao outro, maior o crescimento individual e grupal. Compreendidas dentro desta lógica, as contradições geradas pela relação entre patrões e empregados, por exemplo, são reduzidas aos seus componentes íntimos, ficando a exploração e a dominação reduzidas à boa

fórmula da transparência e da autonomia. Alertamos, ainda, para a armadilha aí contida, pois, por tratar de questões que envolvem coletivos, poderão criar a ilusão de tratar de questões sociais, como se o simples fato de abordar um terreno interrelacional fosse garantia de um trabalho de cunho socializante.

“Orientação Sexual” e ações socioeducativas – produzindo um novo dispositivo de análise e intervenção

A realização da Pesquisa I contou com diferentes etapas. Num primeiro momento, foi empreendida uma avaliação das ações curriculares desenvolvidas, que fossem compatíveis com o tema transversal “Orientação Sexual”. Uma primeira observação diz respeito a esta denominação. Nós a consideramos inadequada, uma vez que remete à idéia de um ponto de chegada pré-estabelecido, pré-direcionado. Entendemos que a sexualidade, assim como outras dimensões da vida, engendra trajetórias que não comportam determinismos ou previsibilidade. Assim, a ação a ser empreendida implica acompanhar o adolescente e o jovem nesta trajetória, tornando-a alvo de reflexões e discussão, porém nunca definindo seu traçado.

Neste primeiro momento, utilizamos entrevistas abertas que, após analisadas, nos forneceram as temáticas e as estratégias a serem utilizadas na segunda etapa, que tem por objetivo elaborar, implementar, acompanhar e avaliar a efetivação de uma proposta de ação socioeducativa. Esta etapa abordou a sexualidade e a saúde reprodutiva de jovens e adolescentes, através da realização de grupos de educação e saúde, que por sua vez utilizaram as técnicas de oficinas.

Obtivemos a adesão dos adolescentes e foi possível relacionar as vivências cotidianas nos âmbitos familiares e escolares com o conhecimento sobre os conceitos de gênero, da sexualidade e da saúde reprodutiva. A afirmação inicial, de que o currículo escolar já contemplava a sexualidade como conteúdo programático, foi questionada: constatou-se que o aprendizado nas aulas de biologia se referia unicamente a aspectos anatômicos e fisiológicos. Reconheceu-se a importância de um espaço de expressão das vivências, dúvidas e questionamentos. Foi possível refletir sobre a adolescência, o gênero e a sexualidade a partir de uma dimensão histórica, cultural, política e econômica. A ação desenvolvida se constituiu em um dispositivo que implementou o protagonismo/participação juvenil: os alunos passaram a indagar, procurar e produzir novos espaços, onde a temática abordada pudesse ser falada, discutida e vivida.

Foi colocado em questão o mito de que somente as adolescentes do sexo feminino se interessam por ações educativas que promovam reflexões sobre a sexualidade. O número de adolescentes do sexo masculino que tem participado da segunda etapa da pesquisa é duas vezes maior que o do sexo feminino. Eles demonstraram ter dúvidas, dificuldades e revelaram a necessidade de que os programas de educação e saúde voltados para esta temática os incluam cada vez mais. Foi criticado o currículo, que apenas discursava sobre o adolescente e o jovem, mas que em verdade o exclui como agente ativo de sua construção, o que apontou para a importância da participação/protagonismo juvenil. Entendemos que a realização de uma política que aborde a adolescência e a juventude, com enfoque específico para as questões de gênero, sexualidade e saúde reprodutiva é etapa fundamental para a elaboração e implementação de programas e ações que

tenham por alvo este ciclo da vida. Existe uma demanda latente, que muitas vezes se expressa através de vários comportamentos, que são precipitadamente rotulados como transgressores ou mesmo patológicos. Em geral, a resposta a esta situação é de cunho moralista e não leva em conta uma análise e revisão dos projetos educativos. Atender a esta demanda é mais do que urgente. É condição para que estes adolescentes e jovens possam exercer hoje e ao longo de suas vidas o direito à cidadania.

Considerações finais

A realização da Pesquisa II, como é de praxe, respondeu às indagações pretendidas; porém abriu um leque de indagações, indicando caminhos para novas pesquisas e estudos. A elaboração de políticas sociais que contemplem de uma maneira específica a adolescência, além de quase inexistentes, requerem um conhecimento mais aprofundado da realidade deste estrato populacional. A crítica sobre a forma como a sexualidade e a saúde reprodutiva do adolescente são tratadas pelos discursos e órgãos oficiais (CATHARINO, 2002) é tarefa importante, na medida em que aponta para as fraturas existentes em cada um destes níveis. No entanto, como toda crítica, esta também deve ter como corolário a apresentação de propostas mais apropriadas do que aquelas que são os alvos de nossa discordância, tanto no nível teórico como prático. Este é o propósito da Pesquisa I: avançar em relação à crítica, implementando ações coerentes com nossas posições acadêmicas e submetê-las a um processo de avaliação que envolva o adolescente, sua família, a comunidade escolar e o sistema

oficial de ensino. Acredito que este pode e deve ser um profícuo caminho para avançarmos tanto no nível acadêmico como no terreno das políticas públicas voltadas para a adolescência e juventude.

Referências Bibliográficas

- ARENDDT, H. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1968.
- BECKER, H. S. *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1988.
- BEMFAM – Sociedade Civil Bem-estar Familiar no Brasil. *PNDS – Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde*. Rio de Janeiro: Litografia Tucano LTDA, 1996.
- CALLIGARIS, C. *A adolescência*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- CASTEL, R. *A gestão dos riscos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.
- CATHARINO, T. R. *Da gestão dos riscos à invenção do futuro – considerações ético-psicológicas e educacionais sobre meninas que engravidaram entre 10 e 14 anos*. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2002.
- CATHARINO, T. ; REZENDE, M. A. Jovens em busca de um lugar social: algumas considerações sobre políticas públicas e educação. *Revista Presença do Centro Universitário Celso Lisboa*, nr 2, 2002.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano – as artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- COIMBRA, C. M. B. *Guardiães da ordem: algumas práticas psi no Brasil do milagre*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.
- GIFFIN, Karen “Corpo e conhecimento na saúde sexual: uma visão sociológica”. Em: GIFFIN, K.; COSTA, S. H. (orgs.) *Questões da saúde reprodutiva*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.
- GUATTARI, F. e ROLNIK, S. *Cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986

- LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação – uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. *Revista de Educação Brasileira*, nr 5 e 6, 1997.
- MELUCCI, A. *Getting involved - Identity and mobilization in social movements*. Preliminary drafts.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*. Brasília: 1997.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: 1999.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Programa saúde do adolescente: bases programáticas*. Brasília: 1996.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Normas de atenção integral à saúde do adolescente*. Vol I, II, III, 1993.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Saúde e desenvolvimento da juventude brasileira – construindo uma agenda nacional*. Brasília, 1999.
- NUNES, S. A. *O corpo do diabo – entre a cruz e a caldeirinha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- PAIVA, V. “Sexualidades adolescentes: escolaridade, gênero e o sujeito social”. Em: PARKER, R.; BARBOSA, R. M. (orgs.). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise. *Educação e Realidade*, v. 16, n. 2, 1990.
- SENETT, R. *O declínio do homem público - As tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1976.
- SIH / SUS / RJ. *Sistema de internação hospitalar*. Rio de Janeiro: SES
- VALLA, V. V. “Sem educação ou sem dinheiro?” Em: VALLA, V. V. (org.). *A saúde em estado de choque*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

Tania Ribeiro Catharino é Professora Adjunta da Faculdade de Educação da
UERJ

E-mail: tcatharino@uol.com.br

Érica Cordeiro de Araújo é Aluna do Curso de Graduação em Pedagogia da
UERJ – Bolsista de IC/CNPQ

Maria Gabriela de Souza Ferreira é Aluna do Curso de Graduação em
Pedagogia da UERJ – Monitora da Disciplina Psicologia do
Desenvolvimento e Educação